

A ARTE DE GOVERNAR A PRÓPRIA VIDA: A desconstrução do punir

Beatriz Fartes de Paula Neves¹

RESUMO

Tendo como norte a revisão do conceito de “instituição total” este trabalho trata-se de um recorte da dissertação de mestrado intitulada RECONSTRUIR É PRECISO: Narrativas e memórias da antiga Colônia Juliano Moreira (1924-1982) no qual alinha-se as preocupações pertinentes ao processo de avaliação dos sistemas de proteção social no Brasil. Tendo como norte a revisão do conceito de “instituição total” presente em estudos desses sistemas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza histórica, apoiada no uso da história oral, sobre a vivência na antiga instituição psiquiátrica Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. Cobrindo experiências entre o período de 1924, ano de inauguração dessa colônia, até meados da década de 1980, quando em consonância com a Reforma Psiquiátrica em curso no Brasil, foram vetadas novas internações e aberto os portões da Colônia Juliano Moreira. Através de registros da memória dos moradores da Colônia, busca indicar como a dinâmica e o modo de vida de uma funcionária desta instituição permitiu que a mesma reescrevesse sua trajetória nesta instituição e na vida de seus internos.

Palavras-chave: memória, política de isolamento, negação da instituição total, gênero, resistência, arte e sociabilidade.

ABSTRACT

Based on the review of the concept of “total institution”, this work is an excerpt from the master's thesis entitled RECONSTRUIR É PRECISO: Narrativas e Memórias da Colônia Juliano Moreira (1924-1982) in which the pertinent concerns are aligned to the process of evaluating social protection systems in Brazil. Having as a guide the review of the concept of “total institution” present in studies of these systems. This is a qualitative research of a historical nature, built on the use of oral history, about the experience in the former psychiatric institution Moreira, in Jacarepaguá, in the city of Rio de Janeiro. Experiences between the period of this colony in 1924, the year when new colonies were inaugurated, in the mid-1980s, until the Reform in line with the Psychiatric Reform underway in Brazil, hospitalizations were vetoed and Juliano Moreira gates opened. Through records of the memory of the residents of the Colony, indicate how the life of an employee of this institution so that it rewrites its trajectory in this search in the lives of its inmates.

Keywords: memory, isolation policy, denial of the total institution, gender, resistance, art and sociability.

¹ Assistente Social no Solar Meninos de Luz (2018). Professor do curso de Serviço Social da Universidade Unigranrio (2019). Doutora em Serviço Social PUC-Rio (2020). Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (2014). Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2007).

Email:beatriz.neves@unigranrio.edu.br

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão abarca um necessário diálogo entre a Saúde mental, intersetorialidade e questão social. Dessa forma, parte-se de reflexões em torno da política de isolamento implementada na Colônia Juliano Moreira (CJM).

Em 1924, um bairro longínquo ao centro do Rio de Janeiro recebia a mais nova instituição psiquiátrica dessa cidade, a Colônia de Psicopatas-Homens, que seria tempos depois renomeada como Colônia Juliano Moreira.

“Foi nesse local afastado dos centros urbanos e marcados pelo descaso do Estado, que deixava seu povo à mercê de suas necessidades, ao mesmo tempo representativo do que nos seria mais autêntico, que se constituiu e desenvolveu a Colônia de PsicopatasHomens (...)” (Venancio, 2011, pg.42)

Segundo Venancio e Delgado (1989), a criação das Colônias de Alienados foi norteadada pelo princípio “da máxima liberdade” proporcionada pelo trabalho ao ar livre e pelo tratamento hetero-familiar. Para Portocarrero (2002), o grau de liberdade desse paciente iria variar de acordo com seu grau de disciplina e sua capacidade de trabalho. Pretendia-se com essa orientação, um tipo de assistência que incentivasse o contato frequente entre os pacientes psiquiátricos e as pessoas ditas “normais”.

Engel (2001) enfatiza a experiência das colônias agrícolas no Rio de Janeiro como uma das mais modernas técnicas em uso naquela época pela psiquiatria no tratamento da doença mental. Sob este mesmo viés, Venancio (2010) reitera esse modelo de instituição psiquiátrica, enaltecido pelo Dr. Juliano Moreira, como detentor de traços permeados pelas iniciativas “modernizadoras” do governo, como a reforma urbana do prefeito Pereira Passos (1902-1906) e a batalha higienista de Oswaldo Cruz (1872-1917). Tão logo, os pacientes psiquiátricos e outros considerados à margem da sociedade eram levados para longe dos olhares dos moradores da remodelada capital da jovem República.

A instituição psiquiátrica, cujo modelo era colônia agrícola, foi

implementada em uma antiga fazenda de cana-de-açúcar, tendo como estrutura física 15 pavilhões, refeitório, cozinha, lavanderia, farmácias e enfermarias.

Os primeiros internos eram homens advindos de duas instituições psiquiátricas localizadas na Ilha do Governador. Junto com eles, chegava a nova proposta de tratamento psiquiátrico denominado como tratamento heterofamiliar, cuja proposta era permitir que os funcionários trouxessem suas famílias para residir dentro das terras da Colônia de Psicopatas-Homens com a justificativa de que este tratamento significava na ampliação do campo de atuação da psiquiatria, não mais limitado às instituições asilares, aberto à amplitude do espaço social, por meio de uma prática que pretendia abranger toda a comunidade, atuando sobre seu núcleo mais fundamental - a família (Portocarrero, 2002, p.135)

Ao propor examinar a política de isolamento na antiga colônia psiquiátrica Juliano Moreira, esta instituição poderia ser estudada a partir de duas configurações. A primeira diz respeito à noção de instituição total de Goffman (1968), que concebe as instituições como um lugar de residência e de trabalho em que um grande número de indivíduos é submetido a uma mesma condição de existência isolada do mundo exterior por um período relativamente longo. Viveriam, assim, conjuntamente, uma vida reclusa, submetida às regras de existências explícitas e minuciosamente regulamentadas.

A política de isolamento implementada, no caso da CJM, expõe tão logo uma dualidade: ao mesmo tempo em que propunha o isolamento de seus pacientes, admitia para perto deles outras famílias, outras histórias, por meio do tratamento hetero-familiar. Para Delgado e Venancio (1989) pretendia-se com essa orientação, um tipo de assistência que incentivasse o contato frequente entre os pacientes psiquiátricos e as pessoas ditas “normais”.

Sublinha Couto (1994) que o modelo hospitalocêntrico reproduzia “um microuniverso das relações sociais, podendo significar a exclusão ou a tentativa de normalização de pessoas que haviam rompido os parâmetros sociais”. Para Castells (1999), a identidade destinada à resistência, levaria à formação de comunas, ou comunidades, dando origem a formas de resistência coletiva frente a uma opressão.

Embora muitos estudos enalteçam a centralidade do poder nas mãos das instituições psiquiátricas desconsiderando os inúmeros indícios de ruptura desse

modelo de isolamento, esse trabalho buscou o processo inverso, partindo do pressuposto de que o isolamento não resultou na exclusão dos moradores da CJM, e que estes acionaram a formação de uma nova identidade coletiva.

Essa pesquisa propôs através da política de isolamento implementada na CJM rever a noção de instituição total de Goffman, na qual coloca o Estado como “a agência central da reprodução da ordem” (Ignatieff, 1987, p. 188). Através da análise da consciência das histórias de vida dos moradores da CJM, por meio de 15 entrevistas semiestruturadas e visitas ao campo, foi permitido ter conhecimento sobre suas práticas e vivências e identificar a construção de redes de sociabilidade, que permitem a formação de uma identidade de resistência que se utiliza de táticas e estratégias para romper regras e normas institucionais, e também reconstruir laços desfeitos com o processo de internação. Neste estudo, alguns dos entrevistados já haviam dado anteriormente depoimentos e identificaram-se publicamente, em documentários, vídeos, deixando-se fotografar, sem problemas. Contudo, para garantir o anonimato de todos entrevistados, sem exceção, após registradas suas entrevistas, através de gravador e transcrições, foram usados pseudônimos ou cognomes.

Para analisar as redes de sociabilidade estabelecidas na Colônia Juliano Moreira, primeiro foi necessário entender o conceito de rede. Para Bott (1976) a rede pode ser entendida como um conjunto de relações, em que um indivíduo pode ocupar várias posições. Esta é assim definida:

“(...) como todas ou algumas unidades sociais (indivíduos ou grupos) com os quais um indivíduo particular ou um grupo está em contato” (Bott, 1976).

Essa definição enquadrava-se perfeitamente com a pesquisa, já que dentre os entrevistados alguns ocupavam variadas posições (filha de 24 funcionária- esposa de funcionário- funcionária) ou então (filho de funcionário filho de paciente- paciente) e por aí vai.

Apesar de ainda pouco usual na faculdade de Serviço Social, o uso da história oral como metodologia de pesquisa de estudos é cada vez mais utilizado por pesquisadores que discorrem sobre a luta por reconhecimento. Para Bédarida, (2006) o uso da história oral permite ao pesquisador dar voz aos silenciados e excluídos da história, valorizando a história do cotidiano e da vida privada, à história local e enraizada, que por vezes, tendem a se opor à “história

oficial". Pollak (1989) acrescenta que ao se optar em analisar os excluídos, os marginalizados e as minorias, a história oral tende a ressaltar a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial".

A realização de uma investigação qualitativa de cunho sócio-histórico, exige do pesquisador um extenso trabalho de campo de forma a desenvolver uma familiarização com o seu objeto de pesquisa e sujeitos a serem pesquisador. Para Freitas (2002), a observação de campo possibilita o acesso aos mais variados discursos verbais, gestuais e expressivos. Estes discursos refletem e retratam a realidade da qual fazem parte, formando uma verdadeira tessitura da vida social, uma dimensão da relação do singular com a totalidade. Como a presente pesquisa teve como foco estudar a (re)construção das identidades sociais dos pacientes e funcionários da Colônia Juliano Moreira dentro da política de internação compulsória, a escolha desta abordagem foi mais do que acertada já que esta orientação permitiu compreender os sujeitos como históricos, ou seja, marcados por uma cultura como criadores de ideias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela (Freitas, 2002)

Por se tratar de uma pesquisa na área da psiquiatria, é inevitável buscar entre as referências bibliográficas os trabalhos de Michel Foucault. Ao examinar duas de suas principais obras- História da loucura (1961) e Vigiar e punir (1977) foi identificado que as duas traziam consigo a inspiração da ideia ostensiva de "instituição total" de Goffman.

Para Ignatieff (1987), ambas as obras trouxeram uma enxurrada de questionamentos por parte dos historiadores que criticavam veemente seu método. Reconhecendo o equívoco e a dimensão unilateral que suas obras seguiam, onde a "arte de governar" partia de um sentido restritivo, em que o governo dos homens se apresentava como a soberania política; ele, em suas aulas dadas em um curso no Collège de France (1978-1979) não só reconheceu sua falha, como também, discorreu sobre as múltiplas maneiras de se governar a vida.

Ao considerar que a centralidade do governar a vida não está nas mãos do Estado, podemos entender que é um erro pensar que a Instituição Psiquiátrica

CJM seria a responsável pela dominação desses indivíduos da mesma forma que é um equívoco crer que para esses indivíduos, restaria apenas a submissão ao controle, a vigília e anulação de suas vontades. Sob esse viés, passa afirmar Foucault:

“O poder do médico, claro, não é o único poder que se exerce, porque no asilo, como em toda a parte, o poder nunca é aquilo que alguém detém, tampouco é o que emana de alguém. O poder não pertence nem a alguém nem, aliás, a um grupo; só há poder porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, defasagens” (Foucault, 1979, p.7.)

Para Menezes (2012), esse viés de leitura permitiu aos historiadores múltiplas formas de estudar as redes de poder existentes. Alguns optaram por não privilegiar uma análise totalitarista do tema, permitindo assim, o aumento da produção de pesquisas que discutiam a subjetividade e o contrapoder. Nesses estudos, as fontes de informação são os loucos, os enfermeiros, vigilantes e suas famílias, sujeitos esses que por tanto tempo não despertavam o interesse dos estudiosos. Dentro dessa perspectiva, este trabalho buscou através da experiência da política de isolamento implementada na CJM, analisar as formas em que os protagonistas desse “contra-poder” construíram suas táticas e estratégias de resistência e sobrevivência.

Partindo da perspectiva de que o indivíduo não está engessado por qualquer lei ou barreira imposta pela sociedade, o estudo busca retratar a Colônia Juliano Moreira não como a concretização da metáfora da exclusão que a modernidade produz com relação à diferença (Amarante, 1995). E sim, como um lugar em que também há amor, vida e arte das mais variadas formas, recriando a existência humana a cada instante.

A vida governada por Laura

Partindo da ideia de desmonte da noção de “instituição total”, e reafirmando a existência das múltiplas formas de governar a vida, a história de vida que será aqui narrada será a da funcionária Laura, que chegou à CJM como guarda e através de sua resistência e transgressões às regras disciplinares e à metodologia de trabalho em curso na CJM, permitiu desenvolver sua própria

forma de trabalho, pautada na arte do cuidar e distante da condição de punir.

“As representações não são universais nem mesmo fixas. São sempre temporárias, efêmeras, inconstantes e variam conforme o lugar/tempo onde esse corpo circula, vive, se expressa, se produz e é produzido” (Simili, 2008 *apud* Goellner, 2003, p.23)

No dia 30 de julho de 1962, Laura aos 30 anos de idade, pisava pela primeira vez na CJM. Casada e mãe de dois filhos, ela chegava ao Pavilhão Ulisses Pernambucano, conhecido como “Faixa Azul”. Lá caberia a função de estagiária plantonista e após um ano a vaga de guarda. Laura, antes de chegar à CJM, lecionou em uma escola de Itaguaí. Como a remuneração era baixa, ela viu na CJM à oportunidade de um bom emprego público.

“A professora primária, no discurso oficial, foi significada como uma segunda mãe e suas atividades profissionais como extensão da maternidade. Amo, vocação foram termos associados ao magistério primário. Argumentando que as mulheres eram, geralmente, assistidas pelo pai, pelo marido ou por um irmão, o Estado promoveu o rebaixamento dos salários do professorado primário e optou pela composição docente nesse nível, mediante o ingresso feminino.” (Cardoso, 2010, p.79)

173

O cargo de guarda na CJM, a princípio pouco a entusiasmou. Para ela a palavra guarda remetia à vigilância e punição, muito distante do imaginário doce e maternal que era associado ao título de professora. Contrária a qualquer tipo de violência física, ela almejava a oportunidade de colocar em prática o que realmente amava que era a arte de ensinar. Frente a ela estavam meninas das mais variadas idades e diagnósticos clínicos.

Laura a todo instante, buscava desatar as amarras do medo e do “poder” de domínio que tendia a existir na relação entre guarda-paciente. Ela ao contrário disso, assumia, é claro com suas limitações, uma relação cuja dimensão era o cuidar. Para Elias e Costa (2010) as práticas de cuidado podem contribuir na mudança da percepção da dinâmica do isolamento, através da formação das redes sociais, pautadas no apoio social e psicológico para o enfrentamento de privações e sofrimentos, se tornam alternativas às condições impostas pelos sistemas públicos de proteção social.

Com uma carga de trabalho maior, o caminho de Jacarepaguá até o bairro

de Santa Cruz era sacrificante. Para minimizar o cansaço Laura se mudou com sua família para uma casa próxima à Colônia. Seus vizinhos sempre lhe perguntavam como era dentro da CJM, poucos se arriscavam atravessar os muros da instituição.

Diferente dos leprosários, o medo não era proveniente do contágio, mas, da possível agressividade de alguns internos. Em algumas entrevistas era perceptível a diferenciação entre os “estabelecidos”, moradores do entorno da CJM, e os outsiders, os moradores da Colônia.

Para Elias (2000), essa diferenciação entre os “estabelecidos” e os “outsiders” pôde ser evidenciada em um estudo que observava as diferenças de status e poder de uma determinada comunidade da Inglaterra, ali havia claramente uma demarcação do grupo de moradores que viviam ali por mais tempo – os estabelecidos, e os moradores mais recentes- os *outsiders*, naquele ambiente havia uma relação contínua de rivalidade.

“Eles (vizinhos da Colônia) tinham medo dos doentes agressivos. Aqui tinha uma quantidade menor de viciado, tarado. Tinha até assassino.” (Tereza, 89 anos, ex-funcionária e esposa de funcionário da CJM)

174

Por mais, que houvesse a negação da relação com o intramuros, os vizinhos da Colônia jamais conseguiram isolar a CJM de suas vidas. As relações sociais se construía através do simples exercício de colher frutas às escondidas na CJM; pela caminhada diária das meninas do “Faixa Azul” pelas ruas do bairro Curicica; pela venda de suprimentos alimentícios às famílias que lá residiam ou ao ver uma partida de futebol no campo Colônia. Caía por terra a ideia de que a CJM (dentro) era incomunicável com o mundo de (fora).

Certa vez, uma das internas em um surto correu para a caixa d’água do pavilhão e lá ficou. Já chegava o final do dia e nada a fazia descer. Preocupada com a paciente, Laura subiu até lá. Surpresa com a atitude da guarda, a paciente pediu que a “tia” descesse dali, pois já estava ficando tarde e muito frio. Mas, para a surpresa da mesma, Laura disse que só desceria se a interna descesse. Já adolescente essa era a primeira vez que a paciente sentia que alguém se preocupava com ela. Desde seus primeiros anos de vida, Luciana se sentia rejeitada por sua família, seus pais recusavam sair de casa com ela, restava à mesma permanecer dia e noite em seu quarto.

Nos anos que antecederam sua internação, ela sequer conseguiu fazer amizade, diferente dos outros irmãos que frequentavam escola, saiam para brincar, para ela restava apenas o isolamento. Seus pais não aceitavam a condição de ter uma filha com transtorno mental e a vergonha impedia que pudesse construir sua rede de sociabilidade na comunidade em que vivia.

Em uma manhã de segunda-feira, Luciana foi levada ao Hospital Pedro II e depois de diagnosticada com o quadro de esquizofrenia foi levada para a CJM. Aquele dia foi à última vez que viu o rosto de sua mãe e de seu pai. Ao longo de toda a internação, não havia recebido a visita da família, desde então, vivia calada pelos cantos do “Faixa Azul”. A subida de Laura ao telhado fez com que a interna sentisse pela primeira vez amada e protegida.

Laura acreditava que o diálogo poderia contribuir mais para o tratamento do paciente do que uma sessão de eletrochoque. Se para tratar um simples diagnóstico era necessária uma escuta médica apurada, atender um quadro de esquizofrenia exigia uma sensibilidade e um comprometimento que muitos profissionais se recusam a ter. Para Silveira (1981, p.80) o esquizofrênico “difícilmente consegue comunicar-se com o outro. Será preciso que o outro esteja seriamente movido pelo interesse de penetrar no mundo hermético do esquizofrênico”.

Da dor à criação

Mesmo ainda não conhecendo a Dra. Nise da Silveira, Laura já mostrava sinais de que era adepta do “método niseano”, que usava a Terapia Ocupacional como um método de tratamento para a esquizofrenia através da pintura, modelagem, música e trabalhos artesanais. Dessa forma permitia-se romper com o processo de estigmatização da loucura por meio da visão humana e inovadora da loucura como expressão da riqueza subjetiva.

Por se tratar de um pavilhão feminino, a presença de funcionários do sexo feminino era majoritária. Para Montenegro (2003):

“A presença de mulheres nas áreas de atendimento à criança pequena e da assistência é marcante no Brasil e em diversos outros países. Entender por que as mulheres acarretam a essas áreas tem estimulado o debate entre acadêmicas; uma das explicações proposta é a ideologia

maternalistas. As teorias maternalistas advindas do feminismo influenciaram muitas das interpretações sobre a presença de mulheres nas atividades que envolvem o cuidado.” (Montenegro, 2003, p.494 *apud* Ricks, 1992)

Mas, a presença feminina não significava a garantia do cuidar por meio das relações de afeto, carinho. Para algumas guardas a noção do cuidar tinha outro significado o cuidar da “ordem” e isso era representava nas sessões de eletrochoque. As relações sociais entre muitas funcionárias e pacientes eram pautadas no castigo e medo.

Buscando resistir e transgredir a aplicação de tratamentos atrelados à tortura e dor, Laura procurou forças e inspiração em sua experiência na área da educação. Ela desejava, mais do que ensinar a ler e a escrever, permitir que suas meninas aprendessem a arte de criar e assim, iniciou timidamente suas oficinas terapêuticas. Sem qualquer formação técnica nessa área, ensinava às suas pacientes coisas que aprendera ainda menina com sua mãe e avó. Os pedaços de retalho se transformavam em lindas almofadas e colchas; as linhas de tricô em agasalhos e os cachecóis e as linhas de bordar em lindos panos de prato e caminhos de mesa. Surgiam cores, formas e desenhos em um lugar que antes a única cor presente era o azul dos uniformes das internas.

De fato, a praxiterapia não era uma atividade recente dentro da Colônia. Conforme exposto por Venancio (2011), desde a década de 1940 eram oferecidas aos internos, oficinas de pintura, fabricação de colchões e atividades agrícolas. Mas, a maior parte dos alunos eram advindos dos Núcleos Franco da Rocha e Ulisses Viana, ambos direcionados aos pacientes já adultos. Dedicando-se cada vez mais a este ofício, Laura no ano de 1977 participou na Colônia Juliano Moreira de um ciclo de palestras sobre “Terapêutica Ocupacional”. Nesse dia, em conversa com outras participantes ouviu pela primeira vez o nome da Dra. Nise da Silveira. Foi informada que a médica em questão havia inovado a prática de assistência aos alienados no Hospital Pedro II. Contra tratamentos tortuosos ela fazia da arte uma terapia.

Partindo do debate de Ignatieff sobre a negação da “instituição total”, em que abomina a centralidade do Estado e o seu papel na garantia da ordem social, pode-se dizer que assim como Ignatieff, a Dra. Nise reconhecia essa forma de “controle social” como um denso tecido de regras, normas e proibições passíveis

de serem desfeitas, descumpridas ou contornadas. E foi assim que a Dra. Nise passou a ver a loucura com outros olhos e com o coração. Para a médica, a Terapêutica Ocupacional deveria propiciar aos pacientes a possibilidade de que as imagens do inconsciente e seus concomitantes motores encontrassem formas de expressão e posteriormente buscassem a ressocialização. (Silveira, 1981).

Desde sua chegada à CJM se passaram 19 anos. A jovem mulher que abriu mão do magistério para assumir o posto de guarda poderia ter seguido vários caminhos ou não. Poderia ter se acomodado à função e as regras impostas pela instituição e acostumado com a função de guarda, que no início tanto a incomodava. Talvez, a dor e a tortura não lhe trouxessem mais estranhamento e até houvesse lhe convencido que eram os melhores remédios para a rebeldia daqueles pacientes. Todavia, Laura optou por transgredir a trajetória natural de suas atribuições como “guardiã da ordem”, seja por meio do trabalho pioneiro realizado pela mesma.

Tão logo, Laura optou em governar sua vida do seu jeito, claro esse controle não partia única e exclusivamente de sua individualidade. Ela conseguiu, mesmo que através da resistência, alterar o quadro em que vivia.

Através da arte, enxergou a vida com outros olhos e com os ensinamentos da Dra. Nise, captado no curso “Teoria e Prática da Terapêutica Ocupacional”, promovido pelo projeto TREINAMENTO TERAPÊUTICO E MANUTENÇÃO DO MUSEU- FINEPSAMII, cuja supervisão estava a cargo da Dra. Nise, conseguiu aprimorar o que havia iniciado anos atrás.

A dedicação da arte como terapia era tamanha que logo, ela teve o reconhecimento da CJM ao ser nomeada no ano de 1981, como responsável pelo Setor de Praxiterapia do Núcleo Franco da Rocha. O referido núcleo era composto por 10 pavilhões e 5 prédios principais. Dentre as edificações havia duas destinadas à praxiterapia - onde eram realizadas as oficinas terapêuticas. Os pacientes através da criação de laços de sociabilidade, antes desfeitos, reinventavam uma nova maneira de governar a vida.

Para alegria da terapeuta Laura, a década de 1980 não foi apenas a década em que conseguiu seu reconhecimento profissional, ela foi também a década em que os artistas da Colônia teriam sua arte apresentada ao mundo. A arte de Bispo do Rosário e de outros artistas ultrapassavam finalmente as

barreiras do manicômio.

Enquanto os estandartes bordados com tanto detalhe, revelavam vestígios da infância do Bispo, de sua carreira militar, nome de pacientes que conhecerá na Colônia, as obras de outros internos expressavam seus anseios e desejos. Com traços marcantes e quadros cada vez mais coloridos reproduziam seu próprio mundo.

“Consideradas artes, ou entendidas como sintomas da loucura, as criações dos loucos extrapolaram progressivamente o território dos hospícios e, com o tempo, ganharam os espaços consagrados do mundo da arte.”
(Borges, pg.189, 2010)

No ano de 1982, o museu da Colônia, antes nomeado como Museu Egas Moniz, após ter passado por reformas, foi reaberto e merecidamente renomeado com o nome de Museu Nise da Silveira. Este espaço serviria como uma vitrine de toda arte produzida pelos pacientes da Colônia Juliano Moreira.

Ao longo da década de 1980, em consonância as mudanças acarretadas pela Reforma Psiquiátrica, na Colônia Juliano Moreira eram extintos os procedimentos médicos desumanos - eletrochoque, as lobotomias e o abuso de neurolépticos- e novas internações de longa permanência. Alguns pavilhões da Colônia eram desativados. No que tange a inclusão da arte como terapia, essa alcançou seu devido reconhecimento na Reforma Psiquiátrica e permitiu-se ser propagada através das oficinas terapêuticas ofertadas no processo de reabilitação psicossocial, a fim de promover maior integração social e familiar, a expressividade, o desenvolvimento de habilidades corporais, a realização de atividades produtivas e o exercício coletivo de cidadania (BRASIL, 2004).

Considerações finais

Através da história narrada nesse trabalho, vimos que o dever de vigiar deu lugar à criação da arte, fazendo dela seu instrumento de resistência.

Pode-se dizer que a arte foi um elo importante para a transgressão e negação da “instituição total”. A arte permitiu um novo olhar para a loucura, um olhar desprovido de julgamento ou medo, um olhar de admiração, reconhecimento e satisfação.

Laura poderia reproduzir a rotina de vigiar e punir que muitas de suas companheiras de profissão reproduziam, mas ela optou por transgredir a rotina e acreditou que através da sensibilidade da terapia usada seria permitido aos seus pacientes o progresso de sua saúde e que pudessem retratar seus sentimentos, que por tanto tempo eram oprimidos, em obras de arte que trariam admiração e respeito dos críticos posteriormente.

Através da arte ela conseguiu enxergar a vida com outros olhos e com os ensinamentos da Dra. Nise ela só foi aprimorando o que havia iniciado anos atrás, quando com meia dúzia de meninas e um punhado de tiras de tecido, agulha e linha ela conseguiu sintonizar ao mundo delas. Laura certamente propagou os ensinamentos “nisianos”.

Diante do exposto, o trabalho indicou que apesar da existência de barreiras simbólicas e físicas consequentes da internação compulsória, estas não impediram que os antigos funcionários, assim como outros ex-internos, reconstruíssem suas histórias, criassem laços afetivos, formassem família e se inserissem as redes de apoio, fundamentais à vida social.

179

Referências bibliográficas

AMARANTE, Paulo (Coord) Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil/coordenado por Paulo Amarante. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. Usos & abusos da história oral/ Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras.- 8. Ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORGES, Viviane Trindade. DO ESQUECIMENTO AO TOMBAMENTO: A INVENÇÃO DE ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO. Dissertação de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação da História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

BOTT, Elizabeth. Famílias e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Tradução de Family and Social Network), 1976.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília, 2004.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960). Tese (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense,

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

CAVALIERE, Ivonete Alves e COSTA, Suely Gomes. UMA REFLEXÃO SOBRE REDES SOCIAIS DE AJUDA EM EXPERIÊNCIAS DE ISOLAMENTO SOCIAL. XV ENABRAPSO, 2009.

CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo, Paz e Terra; 1999.

COUTO, R.C.C. de M. Eugenia, Loucura e Condição Feminina. Cad. Pesq., São Paulo, n.90, p.52-61, ago., 1994.

DELGADO, PG e VENANCIO AT. Morar no Asilo: perspectivas de análise da „comunidade interna“ da Colônia Juliano Moreira. In: Cadernos do NUPSO nº3. Rio de Janeiro: NUPSO/COEP/CJM, 1989.

_____. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. História, Ciência, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, V. 18, supl. 1, dez. 2011, p.35-52.

ELIAS, N., & Scotson, J. (2000). Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ENGEL, Magali Gouveia. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930. Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: o nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. Aula de 10 de Janeiro de 1979. IN: Nascimento de Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979) edição estabelecida por Michel Senellartt; sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão. Revisão da tradução de C. Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 3-31.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p.21-39, 2002.

GOFFMAN, E. (1987). Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Ed. Perspectiva.

IGNATIEFF, M. “Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um balanço crítico”. Rev. Bras. de Hist., São Paulo, v.7 n.14, mar./ago. 1987, pp.185-193.

MENEZES, Cleice de Souza. “Um vasto asilo seria, assim, a Guanabara”: políticas e assistência psiquiátrica, entre 1966 e 1978. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de

Janeiro, 2012.

PAULA, Beatriz Fartes de. Reconstruir é preciso: narrativas e memórias da antiga colônia Juliano Moreira (1924-1982). Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos. 1989.

PORTOCARRERO, V. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 152 p. Loucuras & Civilização collection, v.4.

SIMIILI, Ivana Guilherme. Mulheres uniformizadas: o estilo das voluntárias da Defesa Passiva Antiaerea na segunda guerra mundial. Revista Artemis. n.4, jul, 2006.

SILVEIRA, Nise. Imagens do Inconsciente, ed. Rio de Janeiro, Alhambra, 1981.